

Proibida, politização de militares fica impune

VISTA GROSSA
Proibida por lei, politização avança nas Forças em meio a sinais de impunidade



Engajamento. Ao menos 18 militares da ativa usaram os próprios perfis nas redes para tecer comentários políticos nos últimos quatro anos; destes, só um se tornou alvo de processo na Justiça Militar

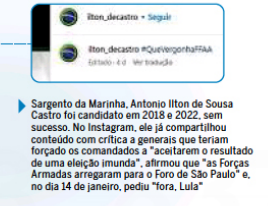
LUÍZ MARINATTO, LUISA MARZULLO E FERNANDA ALVES

REGISTRO NAS REDES

Postagens de militares da ativa com manifestações político-partidárias



AS FORÇAS ARMADAS ARREGARAM PARA O FORO DE SÃO PAULO
Elações em 11 sem
O major Fabio de Oliveira Huss também foi candidato no último pleito...



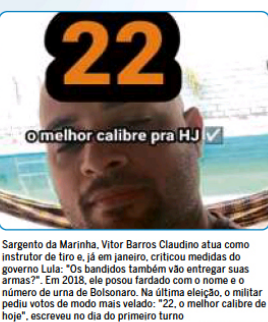
Sargento da Marinha, Antonio Iilton de Sousa Castro foi candidato em 2018 e 2022, sem sucesso. No Instagram, ele já compartilhou conteúdo com crítica a generais que teriam forçado os comandados a "aceitarem o resultado de uma eleição imunda"...



#BRASILWASSTOLEN
ODILSON RIQUELME @odilsonriqueleme - 31 de out de 2022
O grande erro de Gov Bolsonaro foi jogar dentro das "4 linhas" e não fora delas...



Perfil em apoio ao nosso Capitão
O major do Exército Odilson Moreira Riquelme apareceu em uma reportagem do GLOBO em 2021, quando já se manifestava politicamente nas redes...



Sargento da Marinha, Vitor Barros Claudino atua como instrutor de tiro e, já em janeiro, criticou medidas do governo Lula...

1983 e 1975, respectivamente —, consta o impedimento de manifestar-se "publicamente a respeito de assuntos políticos". Já o artigo 45 do Estatuto dos Militares, de 1980, impõe a proibição de "quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político".

Promotor aposentado da Justiça Militar, Jorge Cesar de Assis diz que hierarquia e disciplina são "bases estruturais das Forças Armadas". O veto à livre manifestação, para ele, é só uma das "várias restrições" impostas pela vida militar.

Manifestação pública de ordem político-partidária é e sempre foi proibida, podendo caracterizar grave transgressão disciplinar ou crime — explica Assis, frisando que posts na internet podem gerar punições. — Tanto no campo disciplinar como no penal militar, a depender do caso concreto. As redes têm poder enorme e instantâneo de propagação.

Prerrogativa de comandantes e superiores hierárquicos, a sanção disciplinar abrange punições como advertência e detenção. A infração pode ensejar ainda um processo criminal na Justiça Militar. Para manifestações políticas, uma das hipóteses — caso do major do Piauí — é o enquadramento no artigo 163 do Código Penal Militar, que pune com até dois anos de prisão quem ignora "dever imposto em lei, regulamento ou instrução".

Os estudiosos ouvidos pelo GLOBO apontam uma ação do general Eduardo Villas Bôas como decisiva na politização da caserna. Em 2018, antes de um julgamento no STF que poderia libertar Lula, o então comandante do Exército posto que a corporação compartilhava "o anseio de todos os cidadãos de bem".

— As Forças vinham se mantendo discretas até em fases turbulentas, com dois impeachments. A vitória de Bolsonaro agravou o quadro e deixou não só oficiais da reserva à vontade para transgredir, como os de ativa também — pontua o cientista político Eurico de Lima Figueiredo, professor da UFF.

CRÍTICOS SÃO PUNIDOS

Regidos por normas mais leves, sem veto a manifestações políticas, agentes da reserva podem ser punidos, administrativa e criminalmente, caso extrapolem "limites estabelecidos na lei civil". Isso não impediu que o coronel Fernando Montenegro, em meio a protestos golpistas diante de quartéis, insulfasse "policiais e militares", citando que "nazistas também estavam apenas cumprindo ordens superiores". Ele e os outros militares citados não retornaram os contatos do GLOBO.

Se a politização vigente muitas vezes não gera transtornos, crítica-la pode trazer problemas. Oficiais da reserva, o contra-almirante Antonio Nigro, da Marinha, e o coronel Marcelo Pimentel, do Exército, respondem a procedimentos internos por questionarem publicamente a difusão da postura ideológica nas Forças.

— Um dos processos contra mim é por criticar a inssentada nota conjunta que legitimava os atos nos quartéis. Comandantes falam a subordinados, não ao povo. Quem faz isso é político — afirma Pimentel.

do", amplamente usada por bolsonaristas contra a legitimidade das eleições.

O GLOBO também encontrou pedidos de voto para Bolsonaro e ofensas constantes a Lula. "Não devolvam o bandido à cena do crime", escreveu o suboficial da Aeronáutica Washington Humberto Cordeiro às vésperas do segundo turno. Sacramentada a derrota, o major do Exército Leandro Cardoso de Azevedo, junto de uma notícia que tratava de militares da reserva cogitando uma "guerra civil", acrescentou: "Os da ativa também".

O Exército e a Aeronáutica não responderam se algum dos nomes listados foi punido. Já a Marinha citou a Lei Geral de Proteção de Dados para não tratar de "militares específicos", mas informou ter punido nove integrantes, de 2019 a 2023, "por manifestações públicas de caráter político-partidário" — número que não foi apresentado pelas outras duas Forças. O Ministério da Defesa não se manifestou.

Ex-diretor de Cooperação do Ministério da Defesa e professor de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), Antonio Jorge Ramalho avalia que o caso do general e deputado federal eleito Eduardo Pazuello (PL-RJ), ex-ministro da Saúde, que passou incólume após participar de um ato político com Jair Bolsonaro em 2021, virou símbolo de impunidade.

— Como exigir que os praças não se manifestem se um general faz isso e nada ocorre? O recado para a tropa é nítido.

Os regulamentos disciplinares das três Forças, estabelecidos em decretos presidenciais, são claros ao impedir que militares da ativa embrenhem-se por debates ideológicos. No Exército, o texto em vigor desde 2002 veda qualquer expressão pública, "sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária".

Nas regras da Marinha e da Aeronáutica, formuladas ainda durante a ditadura — em

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4